

Dois dicionários no Brasil do século XIX: uma língua brasileira ou uma mesma língua portuguesa?*

Dantielli Assumpção Garcia (UNESP – São José do Rio Preto)**

Resumo: Neste trabalho, da perspectiva teórica da Análise de Discurso em articulação com a História das Ideias Linguísticas, analisaremos o **Dicionário da Língua Portuguesa** (1813), de António de Morais e Silva, e o **Dicionário da Língua Brasileira** (1832), de Luis Maria da Silva Pinto. Objetivamos mostrar até que ponto há, no Brasil do século XIX, a instauração de um dizer brasileiro, de um dizer sobre a língua brasileira que a diferencia ou não da língua portuguesa. Para que tal objetivo seja alcançado, analisaremos uma amostragem de verbetes de cada dicionário, almejando explicitar as semelhanças e as diferenças entre cada enunciado definidor.

Palavras-chave: Dicionário da Língua Portuguesa; Dicionário da Língua Brasileira; Brasil; Portugal; século XIX.

1. Delimitando os objetivos: o *Dicionário da Língua Portuguesa* e o *Dicionário da Língua Brasileira*

Com os estudos em Análise de Discurso, abriu-se uma via para abordar o dicionário enquanto um objeto discursivo (MAZIÈRE, 1989; COLLINOT e MAZIÈRE, 1997; NUNES, 1996, 2006; ORLANDI, 2002). Isso implica considerar as condições de produção dos dicionários ao analisar sua materialidade linguística. Vendo o dicionário como um discurso, procura-se explicitar a relação entre língua, sujeito e história na constituição do discurso lexicográfico. Em relação à História das Ideias Linguísticas, o dicionário é visto como um *instrumento linguístico*, conforme a perspectiva de Auroux (1992).

Em 1832, dez anos após a Independência do Brasil, surge em Ouro Preto um dicionário intitulado **Dicionário da Língua Brasileira**. Será que esse dicionário surge com o objetivo de romper com a ex-Metrópole? Ou será que se mostra como herdeiro da tradição lexicográfica portuguesa? O que o torna diferente do **Dicionário da Língua Portuguesa**, de Morais, que já circulava no Brasil desde o final do século XVIII?

* Este trabalho faz parte de minha dissertação de mestrado **Dicionário da Língua Brasileira: língua, arquivo e discurso** (FAPESP, proc. n. 06/50947-0), desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual Paulista, sob a orientação do Prof. Dr. José Horta Nunes.

** Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual Paulista (São José do Rio Preto).

Neste trabalho, objetivando responder a esses questionamentos, efetuaremos uma análise contrastiva-discursiva do **Dicionário da Língua Portuguesa**, de António de Moraes e Silva (edição de 1813), e do **Dicionário da Língua Brasileira**, de Luis Maria da Silva Pinto (1832), tomando como *corpus* os prefácios das obras e uma amostragem de verbetes. No presente artigo, efetuaremos (i) a análise dos enunciados definidores presentes nas amostragens de verbetes, tendo em vista explicitar as semelhanças e as diferenças nos discursos dos dicionários em questão; e (ii) a análise dos prefácios, observando a construção das imagens: do autor, do público leitor, do dicionário e da língua.

O **Dicionário da Língua Portuguesa** (DLP) é considerado o primeiro dicionário monolíngue do português. Ele foi elaborado com base no **Vocabulário Portuguez-Latino**, de Rafael Bluteau (1712-1728), mas com definições concisas, sem os extensos comentários que o vocabulário apresenta. De acordo com Nunes e Seligman (2003), o **Dicionário da Língua Portuguesa** foi o mais utilizado durante o século XIX, teve sua primeira edição em 1789 e contou com oito reedições no século XIX (1813, 1823, 1831, 1844, 1858, 1877, 1889, 19[?]). Em nosso trabalho, analisaremos a edição de 1813. O **Dicionário da Língua Brasileira** (DLB) foi publicado em 1832 na cidade de Ouro Preto. Seu autor, Luis Maria da Silva Pinto (1773-1869), é natural da província de Goiás. No texto **Um Velho Dicionário Impresso em Minas** (FRIEIRO, 1970), temos que o *DLB* é uma obra que constitui grande raridade bibliográfica.

Analisemos os dicionários.

2. Página de rosto dos dicionários

Julgamos interessante, antes de analisar os prefácios, fazer algumas considerações sobre as páginas de rosto dos dicionários, uma vez que estas já apontam para uma relação dos sujeitos com os espaços que os constituem e nos quais os dicionários circulam:



Podemos perceber nos dois dicionários o formato sóbrio da capa, sobriedade essa relacionada ao ideal Iluminista que buscava a clareza, a concisão, a simplicidade, a precisão das ideias (cf. Nunes, 2006)¹.

Na capa do *DLP*, o autor mostra-se como estrangeiro, natural do Rio de Janeiro. Moraes explicita uma relação entre Brasil e Portugal. Também podemos notar uma “submissão” ao Príncipe de Portugal, ao dedicar-lhe a obra. Na capa, explicita-se também a imagem de consentimento do rei à publicação do dicionário: “com licença da Meza do Desembargo do Paço”. Podemos perceber o contexto do absolutismo na obra. Tem-se também um discurso propagandístico, como um modo de divulgar e vender o dicionário: “Vende-se na Loja de Borel Borel, e Companhia, quase defronte da Igreja de Nossa Senhora dos Martyres, N° 14”. Temos explicitada pelo uso de “quase defronte” um discurso oral, familiar. Há uma relação estabelecida entre o espaço público e o privado.

Já na capa do **Dicionário da Língua Brasileira**, não temos explicitada nenhuma relação com Portugal, também não há uma propaganda do dicionário. Temos somente o nome do autor, sua origem e o lugar onde o dicionário foi elaborado (Tipografia de Silva). Essa tipografia, organizada por Luis Maria da Silva Pinto, havia sido adquirida no Rio de Janeiro. Nela, afora o dicionário, são também elaborados outros tipos de textos.

É importante ressaltar que temos dois momentos históricos distintos nos dicionários. A publicação do *DLP* ocorreu em 1813, período em que havia uma censura prévia à publicação de livros, por isso a necessidade da autorização do rei para a publicação da obra. Já o *DLB*, publicado em 1832, circula em um momento histórico em que há a liberdade de imprensa e não há a necessidade de autorização do rei. Conforme Lima (2003, p. 36):

Em 1821 teve o fim o monopólio da Impressão Régia. As Cortes de Lisboa decretaram a liberdade de imprensa. No Brasil, foi formulado em 1823 um projeto de regulamentação do tema, e no ano seguinte a Constituição do Império dedicou-lhe um parágrafo no artigo 179, excluindo a necessidade de censura prévia: “Todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras, escritos e publicá-los pela imprensa, sem dependência de censura, contanto que haja de responder pelos abusos, que cometerem no exercício deste direito, nos casos, e pela forma que a lei determinar”.

Passemos agora à análise dos prefácios.

¹ O *DLP* é uma obra concisa em uma relação parafrástica com o **Vocabulário Portuguez-Latino**, de Rafael Bluteau.

3. Os prefácios e seus sentidos

Pela análise dos prefácios, podemos notar que, nos dois dicionários, o locutor aparece em primeira pessoa do singular (eu), explicitando o porquê da elaboração da obra, as etapas de sua constituição. No *DLP*, o lexicógrafo constitui-se como um “homem ingênuo”, ignorante por não conhecer as “coisas da Pátria”. Além disso, ele mostra que não é português²: “Appliquei me pois á lição delles, e succedia me isto em **terra estranha**³, onde me levarão trabalhos desconhecidos [...]”. No *DLB*, o eu-locutor também se constrói na perspectiva da primeira pessoa, porém algumas vezes no plural (nós): “[...] para com effeito dar o da Língua Brasileira, isto é comprehensivo das palavras, e frases entre **nós geralmente adoptadas** e, não somente d’aquellas que proferem os índios, como se presumia”. Esse “nós” seriam todos os brasileiros (nascidos no Brasil ou portugueses que aqui viviam) falantes da língua brasileira. O lexicógrafo coloca de fora os índios e os negros.

O público leitor do *DLB* é de assinantes do dicionário: “O numero dos Srs. Assignantes desta, e mais Províncias do Império excedeo ao que parecera preciso para segurar as despesas [...]”. Já os leitores do *DLP* são leitores em geral, a “gente”, “quem tiver lido Bluteau”, “homens judiciosos”. Podemos perceber que no *DLB* há uma divisão dos leitores do dicionário: os assinantes e os não assinantes, diferentemente do *DLP*, que a obra é direcionada a um público mais amplo.

O *DLB* é apresentado como um auxiliar “da gramática e da ortografia”. Conforme Pinto, o dicionário descreve o “nosso Idioma”, a “Língua Brasileira”. O autor explicita que “a raridade do Diccionario do nosso Idioma embora hajão diferentes edições do Fluminense *Antonio de Moraes Silva*, e de muito outros Lexicographos” fez com que ele elaborasse o *DLB*. Podemos perceber, por esse trecho, um momento do processo de gramatização da língua portuguesa: já havia o dicionário de Bluteau, três edições do dicionário de Moraes (1789, 1813, 1831). Temos também que a elaboração da obra constituiu-se em um “esforço patriótico”. Em Moraes, também podemos perceber uma relação com a Pátria: “a ignorancia em que eu me achava das coisas da Pátria fez que lançasse mão dos bons autores, para nelles me instruir e me tirar da vergonha que tal negligencia deve causar a todo homem ingenuo”. No entanto, essa relação com a Pátria, nos dois dicionários, se dá em direções diferentes. Em Moraes, há uma individuação da responsabilidade de ajudar à Pátria, o discurso formula-se no interior do

² Antonio de Moraes era brasileiro, nascido no Rio de Janeiro. Como muitas pessoas de sua época, foi estudar em Portugal, onde elaborou seu dicionário. Esse gesto estabelece uma relação entre Brasil e Portugal.

³ Nos trechos analisados, os grifos são nossos.

discurso da moral, isto é, o sujeito tem o dever de saber a língua, e não saber é “negligenciar” a responsabilidade perante a Pátria, é vergonhoso. Desse modo, saber a língua, para Morais, constitui-se como um dever, uma obrigação dos sujeitos. Já em Pinto, o “esforço patriótico” se dá na constituição de uma visibilidade do brasileiro, da língua brasileira. Esse esforço é o de apresentar a língua ao outro, de mostrar que a língua brasileira não é uma idiossincrasia, uma particularidade do português de Portugal, mas sim uma língua de todos os brasileiros.

O *DLB* é um discurso fundador na história do Brasil: “Nestas circunstâncias restringi o meu Plano, lanzando ao prelo o presente Dicionario portátil, que **modificará a penúria occorrente e servirá de base a outra edição mais ampla**”. O *DLB* estabelece a Língua Brasileira, já que conforme Lima⁴ (2006), “como se poderia atribuir ao dicionário o título de língua portuguesa, se naquele momento o português significava o maroto, o pé de chumbo, absolutista, inimigo com que se disputavam cargos públicos e decisões sobre o rumo da política?”. Além disso, o *DLB* produz um deslocamento importante em relação ao discurso sobre a língua portuguesa. No Brasil, ao falar de Língua Portuguesa, as formulações saem de dois lugares: do erro e do acréscimo. O *DLB* constrói um outro lugar – nem do erro, nem do acréscimo – em que reverberam sentidos. Empiricamente, pode não ter ficado como lugar de citação, mas é o lugar em que pela primeira vez se textualiza fora desses lugares.

Em relação ao *DLP*, podemos perceber a imagem de um dicionário de autoridades, que utiliza os clássicos como um modo de legitimação do discurso: “Contento-me com a autoridade clássica que abone o sentido natural [...]”. Além disso, os autores clássicos surgem como auxiliares de instrução, uma vez que por meio deles pode-se sair “da vergonha, que tal negligência deve causar a todo homem ingênuo”. Gostaríamos de ressaltar que o *DLB* não apresenta abonações.

Podemos perceber algumas diferenças na concepção de língua: para Morais um dicionário de língua deve apresentar citação de autores, diferentemente de Pinto, em que isso não ocorre. No *DLP*, temos a imagem de um dicionário clássico, erudito; já no *DLB*, podemos perceber a imagem de um dicionário portátil, básico.

Em Murakawa (1998, p. 154), temos que:

[...] se tomarmos os pontos básicos da lexicografia moderna para elaboração de um dicionário [de língua], podemos ver o quanto Morais

⁴ Texto apresentado na *IX Jornada Internacional História das Ideias Linguísticas*, realizada na Universidade Estadual Paulista, campus de São José do Rio Preto, nos dias 20 e 21 de novembro de 2006.

avançou em relação ao seu tempo. Sua obra foi daí para frente, o ponto de partida e exemplo para quase todos os demais dicionários produzidos em língua portuguesa.

No texto **Um Velho Dicionário Impresso em Minas**⁵, temos que o *DLB*:

Embora se intitulasse da “língua brasileira”, nada tinha que ver com a fala dos aborígenes brasílicos nem com os particularismos da linguagem corrente em nossa terra. Era simplesmente um léxico como tantos outros da língua vernácula de Portugal e do Brasil, com alguns poucos brasileirismos, forrageados provavelmente em Moraes e Silva. É que os brasileiros se achavam ainda na lua de mel da independência nacional, quando o espírito nativista, então muito alvoroçado, não se contentava unicamente com autonomia política e almejava romper todos os laços que nos atavam à metrópole.

Por essas citações, podemos perceber que o *DLP* é reconhecido como um dicionário que contribuiu para a elaboração de outros dicionários, diferentemente do *DLB* que apresenta uma imagem de dicionário que copia obras. Esse dicionário surge como algo que desestabiliza um discurso vigente, diferentemente do *DLP*, que, embora elaborado por um brasileiro, mostra-se fortemente relacionado com o discurso da Metrópole.

Há uma contradição entre o discurso sobre o *DLB* e o prefácio da obra. O prólogo do *DLB* vai justamente em direção contrária à citação, isto é, no prefácio, a língua descrita não se trata nem da dos aborígenes brasílicos nem de particularismos da língua portuguesa, e sim da língua falada no Brasil pelos brasileiros. O *DLB* não busca romper os “laços” com a ex-Metrópole, mas sim mostrar o que é ser brasileiro, como a língua brasileira constitui-se no território nacional. O dicionário, nesse contexto, constitui-se como um instrumento de divulgação da nova nação e de sua posição política diante dos acontecimentos históricos.

4. Verbetes

Para este trabalho, selecionamos alguns verbetes divididos em três séries discursivas. Essa análise dos verbetes é importante, pois nos permite perceber como há um movimento tenso entre a paráfrase e a polissemia nos dois dicionários. As séries analisadas são:

⁵ Em *Boletim da Biblioteca Pública de Minas Gerais Prof. Luis de Besso*, 1.1 (1970).

- *Verbos e substantivos*: Objetivando perceber como se constitui o discurso gramatical do dicionário – uma vez que o lexicógrafo (DLB) ressalta que sua obra é uma auxiliar da gramática e da ortografia – escolhamos como verbetes: abolir, abranger, abrigar, abster, pacão, pachão, pacificação, pacificador, padrão, padroeiro, pagão. Nesses verbetes, podemos notar (i) o forte uso do discurso gramatical e (ii) as diferentes concepções de língua nos dicionários.
- *Nomeação dos sujeitos sociais*: cabra, crioulo, mazombo, mulato, pardo, preto. No século XIX, podemos perceber que a questão da mestiçagem é fortemente explicitada nos falares da sociedade brasileira (jornais, revistas)⁶. Sendo assim, em nosso trabalho, gostaríamos de perceber como os dicionários refletem sobre essa problemática, de que modo definem os sujeitos da sociedade brasileira. Para que tal objetivo seja alcançado, selecionamos como *corpus* alguns verbetes que nomeiam os sujeitos sociais.
- *Brasileirismos*: cafunê, calhambola, macuma e quilombo. É necessário ressaltar que consideramos brasileirismos os verbetes em que no enunciado definidor aparece a palavra Brasil. Nos primeiros dicionários de língua, o brasileirismo aparece no interior do verbete e não destacado, como ocorre nos dicionários atuais (*Brau*). Selecionamos esses verbetes para perceber como os dicionários formulam um dizer sobre o Brasil.

4.1 Verbos e substantivos

DLP	DLB
ABOLIR, v.at.irreg. Riscar, apagar a escritura. § Suprimir, extinguir, aniquilar, anular, cassar; v.g. <i>institutos, corporações, usos, leis, costumes.</i>	Abolir, v.a. Riscar a escritura. Anular. Este verbo he defectivo. Não está em uso na 1. 2. 3. pessoa do sing do presente do Indicativo, nem na 2. do sing. do Imp., e em todo o presente do conjuactivo.
ABRANGER, v.at. Compreender, encerrar: v.g. <i>___ o muro da cidade.</i> § f. a justiça abrange <i>todas as virtudes.</i> § Comunicar-se, alcançar: v.g. <i>a graça abrange a toda geração humana. Arraes, 7.11</i> §Abastar, ser sufficiente: v.g. <i>não abrangem a tanto as forças do Estado. P.P. 2.17.</i> abrange a tanto: <i>abrange em alguém: abrange dos olhos: ___ com a vista.</i>	Abranger, v.a. Compreender. Este verbo he irregular, e muda o <i>g</i> em <i>j</i> nas vozes, a que depois do <i>j</i> se segue <i>a</i> , ou <i>o</i> .
ABRIGAR, v.at. Dar abrigo. § f. Auxiliar, proteger, emparar. § <i>Abrigar-se ao Sol contra o frio, ao lume, achegar-se para se aquecer ao Sol ou lume. “por se abrigar a nós” B. 3.8.2.</i> emparar-se com nosco.	Abrigar, v.a. – guei – guado. Amparar do mau tempo. <i>Fig.</i> Dar auxílio, proteger.
ABSTER, v.at. Fazer com que alguém pare, e descontinue de fazer, ou que não emprenda alguma acção. <i>Fenis da Lusit. 9.21.</i> § <i>Abster-se: ter-se, conter-se, refrear-se, soffrer-se de fazer alguma coisa, ou do uso della: v.g. ___ do vinho, deste, ou daquelle alimento, de entender em</i>	Abster, v.a. – tive – ido. Fazer com que alguém não continue, não emprenda. Conjuga-se como o verbo <i>Ter</i> .

⁶ Para essa discussão, ver o trabalho de Lima (2003).

<i>alguma coisa, de injuriar. Abster-se do albeyo: não usurpar.</i>	
PACÃO, adj. antiq. Cortezão, que tem o aviso, artes, e boa maneira de cortezão ; palaciano. <i>Cron. do Condestavel.</i> “a Rainha que era muito <i>paçã.</i> ”	Pação, -as, por Palaciano, -a.
PACHÃO, s.m. Certo peixe do rio.	Pachão, s.m. -ões ao plur. Peixe do rio.
PACIFICAÇÃO, s.f. O acto de pacificar, fazer as pazes, ficar em paz. <i>Couto</i> , 4. 3. 8. <i>por pacificação da Índia</i>	Pacificação, s.f. -ões no plur. acção de pacificar.
PACIFICADÔR, s.m. Restituidor da paz, apaziguador. §. fig. “ <i>Pacificador</i> , de escândalos.” <i>Pimbeiro</i> , I. 197.	Pacificador, ora, m.f. o que pacifica.
PADRÃO, s.m. Pedra, ou columna com armas, ou inscripção para memória de algum successo; v.g. os de pedra, que os nossos Descobridores punhão nas Terras descobertas para memória da posse, que dellas tomavão em nome de nossos Soberanos. Barros, D. I. (talvez de <i>Pedrones</i> , que se acha neste sentido nos <i>Docum. Ant.</i>) §. Modelo dos pesos, e medidas de toda sorte, que se guardão nas Câmeras, e com que se conferem as que vão a aferir. (de <i>patron</i> , Francez.) §. Titulo autentico: v.g. os Padrões de <i>Furo Real</i> , que se dão por escrito aos credores dellés. <i>Goes</i> , <i>Cron. do Princ.</i> C. 48. <i>cartas</i> , e padrões das <i>taés mercès</i> .	Padrão, s.f. -ões no plur., pedra ou columna com inscripção, para memórias. Medida de pesos, e medidas, com se conferem ou que vão a aferir. Titulo authentico escrito.
PADROÉIRO, s.m. O que tem o direito de Padroado. §. Patrono, o Senhor que forrou o seu escravo. Ord. Af. L. 4. f. 245.	Padroeiro, -a s.m.f. O que fundou, ou reedificou, ou dotou alguma Igreja, sob a qual tem o direito de Padroado
PAGÃO, adj. e talvez s.m. Pagã, f. Idólatra, gentio: o pagão rito. <i>Camões</i> .	Pagão, -ã m.f. Idolatra, gentio. O menino, ou a menina, que não está ainda baptizado.

O DLP apresenta diversos sinônimos para um mesmo verbo (**abolir**: suprimir, extinguir, aniquilar, anular, cassar, **abster-se**: ter-se, conter-se, refrear-se, soffrer-se), o que torna a definição do verbete mais longa. Conforme Nunes (2006b, p. 154), a sinonímia é estabelecida por meio de relações na horizontalidade da língua, remetendo-se uma unidade a outra e atribuindo-se traços de identidade e diferença. Para o autor (2006b, p. 154-155), o trabalho com a sinonímia pode conduzir a duas imagens de língua: uma de “abundância” e outra de “justeza”:

A imagem da abundância é aquela de uma profusão de sinônimos, de um léxico “rico”. A da justeza é a de um léxico conciso, em que as palavras são medidas e as diferenças explicitadas. No primeiro caso, por exemplo, um dicionário pode apresentar uma série de sinônimos para algumas palavras, listados seguidamente sem especificação de

diferenças. No segundo caso, os sinônimos são restritos e em cada um deles encontramos a explicitação da diferença, de sua significação específica. Isso leva a duas concepções da descrição do léxico, bem como as duas formas de dicionário.

O *DLP* é um dicionário que apresenta diversos sinônimos para uma mesma palavra sem explicitar as diferenças em cada termo. Além disso, traz exemplos do uso dessas palavras: *a justiça abrange todas as virtudes, a graça abrange a toda geração humana*. Isso também pode ser notado nos substantivos (**pacificador**: restituidor da paz, apaziguador). Já o *DLB*, ressalta uma definição da palavra, não mostra exemplos, há uma maior concisão no *DLB* (**abranger**: compreender, **pacificador**: o que pacifica).

No *DLB*, podemos perceber um discurso gramatical ora focado no uso do verbo, ora na escrita: *Este verbo he defectivo. Não está em uso na 1. 2. 3. pessoa do sing do presente do Indicativo, nem na 2. do sing. do Imp., e em todo o presente do conjunctivo, Este verbo he irregular, e muda o g em j nas vozes, a que depois do j se segue a, ou o*. Ademais, apresenta também em alguns verbos a forma do pretérito perfeito e do particípio passado: **Abrigar**, v.a. – guei – guado, **Abster**, v.a. – tive – ido, além de salientar o modo como conjugam-se determinados verbos: **Abster**: Conjuga-se como o verbo *Ter*. Com esse gesto o lexicógrafo direciona o sujeito-leitor a refletir sobre a estrutura da língua. Podemos dizer que no *DLB* há um discurso gramatical, diferentemente do *DLP*, em que essa discursividade não está presente.

É interessante ressaltar que em alguns substantivos a definição do *DLB* também salienta aspectos gramaticais das palavras, principalmente a forma do plural (*ões*) e as formas de feminino (pação, -as). O *DLP* não marca a forma do feminino nas palavras, exceto nas palavras **pagão** (Pagão, adj. e talvez s.m. Pagã, f.) e **mulato** (explicitaremos esse verbete mais adante). Nesse dicionário, podemos perceber que predomina a forma no masculino, já no *DLB* as duas formas co-ocorrem (Pagão, -ã m.f, pacificador, -ora m.f.). Podemos notar que o *DLP* filia-se a um discurso religioso ao apresentar a forma feminina de pagão. Temos, dessa maneira, a imagem do feminino como pecador, pagão. No *DLB*, também notamos o discurso religioso como elemento constitutivo da definição. O lexicógrafo apresenta a questão do batismo, o que torna as pessoas pagãs ou não. É interessante perceber que a definição *o menino ou a menina, que não está ainda baptizado*, formula-se como um enunciado definidor evidente, o lexicógrafo define esses sujeitos como objetos, coisas – definição natural. Porém, pelo uso de “ainda”, temos explicitada, no verbete, uma esperança de que até a idade adulta esses sujeitos (menino ou menina) ainda se batizem e deixem de ser pagãos.

No verbete **padroeiro**, podemos notar que o *DLP* na primeira acepção da palavra é mais conciso que o *DLB*. O *DLB* explicita várias formas para o sujeito ser considerado padroeiro (fundar, reedificar, dotar alguma

igreja). Diferentemente do *DLB*, o *DLP* salienta a questão da escravidão/alforria (o senhor que forrou o seu⁷ escravo). O *DLB* silencia, apaga esse discurso.

Para finalizar, gostaríamos de ressaltar em que aspectos constituem-se o discurso gramatical presente no *DLB*. O *DLB* ressalta os aspectos morfológicos das palavras (singular, plural, masculino e feminino), aspectos ortográficos (modo de escrever determinadas palavras) e aspectos fonéticos. O discurso gramatical no *DLP* permite a construção de uma posição de gramático e mostra ao brasileiro que ele sabe a língua que fala. Esse é um gesto do lexicógrafo que diferencia o *DLB* do *DLP*. É a constituição da posição de um sujeito que sabe sua língua e pode falar sobre ela. Conforme Orlandi e Guimarães (2001, p. 24):

No final do século XIX há uma proliferação de trabalhos brasileiros para dar um lugar explícito a sua vida intelectual: constituição de disciplinas e de um ensino escolar, publicações nos domínios da língua e da literatura. **A gramática é um destes objetos que, consciente ou inconscientemente, os intelectuais desta época produziram visando formar Brasileiros em uma sociedade em que o saber tivesse seu lugar.** Com relação à língua não se trata somente de saber a língua que se fala mas de construir um aparelho institucional (tecnologia científica e instituições) para que o Brasil saiba que ele sabe sua língua. É neste sentido que o processo de gramatização brasileira do português faz parte de um novo espaço de produção lingüística. [grifos nossos]

4.2 Nomeação dos sujeitos sociais

DLP	DLB
CABRA, s.f. Animal quadrúpede dos menores, cornífero, fêmea do bode, ou cabrão; há cabras domésticas, e outras bravias, e montezes. § Peixe (<i>rubellio</i>) § Insecto aquático, que se assemelha à aranha, e anda sempre a flor d'água. § O filho, ou filha de pai mulato, e mãe preta, ou as avessas. § <i>Cabra cega</i> : jogo de moços, no qual se tapão os olhos a um, que anda vendado em quanto não apanha algum, que fique em seu lugar e no fig <i>Jogar a cabra cega</i> : andar as apalpadelas a cerca da verdade. <i>Sú Mir</i> , § <i>Cabra saltante</i> : fenômeno metereológico, no qual aparece saltar a luz, ou	Cabra, s.f. Filho de pai mulato, e mãe negra, ou ao contrário.

⁷ É interessante notar o uso do pronome possessivo (seu). O uso desse pronome silencia os aspectos sociais da escravidão (senhores donos de escravos).

meteoro de uma para outra parte.	
CRIÓULO, s. m O escravo, que nasce em casa do senhor; o animal, cria, que nasce em nosso poder: <i>v.g. gallinha crioula</i> ; que nasce, e se cria em casa; não comprado: neste sent. é adject. <i>tens crioulos capões na farta mesa, trutas do teu viveiro, e não compradas; tens saborosas frutas sazonadas.</i>	Crioulo, s.m. O preto escravo, que nasce em casa de seu senhor. O animal ou ave que nasce em poder de seu dono.
MAZOMBO, s.m. O filho do Brasil, nascido de gente europeia, t. injur.	Mazombo, s.m. Nascido no Brasil.
MULATO, s. m. <i>Mulata</i> , f. Filho, ou filha de preto com branca, ou as avessas, ou de mulato com branca até certo grau. § O filho do cavallo, e burra. <i>Sá Mir. Cart2. EST. 60</i> “ou dormido no mulato”.	Mulato, s.m. Nascido de preto com branca, ou de branco com preta. Pardo.
PARDO, adj. De cor entre branco, e preto, como a do pardal. § <i>Homem pardo</i> ; mulato. § <i>Ar pardo</i> , é de manhã antes de esclarecer o dia. <i>Conto</i> , 7.6.6 “ainda era o <i>ar pardo</i> ” e “já era <i>ar pardo</i> ”, i.e. já começava a anoitecer.	Pardo, s.m. De cor entre branco e preto. Mulato.

Nessa série de verbetes, também podemos perceber uma maior concisão no *DLB*. O dicionário seleciona somente um sentido da palavra, não apresenta várias acepções e nem exemplos de usos. Isso pode ser percebido como uma regularidade em nosso *corpus*. O *DLB* é um dicionário mais conciso que o *DLP*. Pela análise desses verbetes, podemos perceber que a definição está relacionada à cor da pele dos sujeitos (preto, branco, negra, pardo), e não em relação à raça, descendência desses sujeitos sociais.

Gostaríamos de salientar os verbetes **mazombo** e **mulato**. Na definição de **mazombo** do *DLP*, é salientada uma descendência desse sujeito (*nascido de gente europeia*), de modo que teríamos no Brasil filhos de gente europeia e filhos de gente não europeia (negros, índios). Porém, esse termo é “injurioso”. Um modo de desqualificar as pessoas nascidas no Brasil. Podemos notar que no *DLB* não é ressaltada essa descendência, todas as pessoas nascidas no Brasil (mulato, branco, negro, índio) seriam “mazombos”. Não há a imagem de segmentação da população do Brasil.

No verbe **mulato**⁸ notamos que, no *DLP*, há uma espécie de gradação para o sujeito ser ou não considerado mulato: *Filho, ou filha de preto com branca, ou as avessas, ou de mulato com branca até certo grau*. Mas como determinar o grau? Há nessa definição uma discursividade racial. Algo semelhante podemos notar no verbe **pardo** (do *DLP* e *DLB*): *De cor entre*

⁸ Nesse verbe, há a forma feminina (mulata). Podemos dizer que há a formulação de um dizer sobre a mulher brasileira sendo constituído nos primeiros dicionários.

branco, e preto. No verbete do *DLP*, podemos perceber a questão da similitude (*De cor entre branco, e preto como a do pardal*). Nesse tipo de definição, buscar sentido é atualizar o que se assemelha. Estabelecem-se relações de parentesco, vizinhança, reúnem-se domínios dispersos, aproxima-se o que está longe. No *DLP*, ao definir *pardal*, busca-se uma semelhança com o pássaro pardal, é um modo de apresentar o outro com elementos já conhecidos, já vistos. Em dicionários atuais (**Aurélio** [1999], **Houaiss** [2001]), podemos notar que a definição dos verbetes **mulato** e **pardo** é semelhante ao *DLP* e ao *DLB*. O modo de nomear os sujeitos sociais, até hoje, não é uma questão resolvida, há um lugar em que joga uma discursividade racial, embora se busque silenciá-la. Vejamos:

AURÉLIO	HOUAISS
Mulato s.m. 1. Filho de pai branco e mãe preta, ou vice-versa; cabrocha, pardo.	Mulato adj. 6. que ou aquele que é filho de pai branco e de mãe negra (ou vice-versa).
Pardo Adj. 1. De cor entre o branco e o preto, quase escuro. 5. Mulato.	Pardo adj. 1. de cor escura, entre o branco e o preto. Mulato .

Ao definir **preto**, o *DLB*, apaga a questão da liberdade e da escravidão (Homem preto). Já o *DLP* traz para a definição essa problemática (um homem preto, forro ou cativo). No verbete **crioulo**, podemos notar o uso de pronomes possessivos (seu e nosso). Ao utilizar o pronome *nosso*, o lexicógrafo inclui-se como sendo dono do animal e do escravo (*DLP*), já ao usar o pronome *seu*, o lexicógrafo exclui-se desses sujeitos que possuem escravos e/ou animais. Acreditamos que ao fazer uso dos pronomes possessivos, explicita-se a sociedade do século XIX: dona de escravos. Os escravos nessa época eram considerados como propriedades de seus senhores, esses tinham direitos sobre aqueles.

4.3 Brasileirismos

DLP	DLB
CAFUNÉ, s. m. t. do Brasil. ch. Estalos que se dão na cabeça, como quem cata.	Cafuné, s. m. No Brasil é o estalo que se dá na cabeça à maneira do que cata.
CALHAMBOLA, s. c. O escravo, ou escrava, que fugiu e anda amontado, vivendo em quilombos: é termo usado no Brasil, <i>orden. Collec. ao L. 4. T. 47. n. I. (De Canhenbora, palavras da Língua geral Brasileira, o fujão, ou acostumado a fugir)</i> .	Calhambola, adj. No Brasil se diz do preto escravo fugido que anda pelo mato em quilombos ou quadrilhas.
MACUMA, s. f. t. usado no Brasil, ou antes Mucama, como lá dizem. A escrava que	Macuma, s. f. No Brasil a escrava que acompanha a senhora pela rua. De ordinário

acompanha a senhora, quando sai à rua. No Rio de Janeiro diz em Mucama, na Bahia, Pernambuco, e outras partes, Munbanda, que não só acompanha, mas é do serviço da Senhora em casa.	chamam mucambas.
QUILOMBO, s.m. (usado no Brasil). A casa sita no mato, ou ermo, onde vivem os calhambolas, ou escravos fugidos. Ord. Coleção ao L. 4 T. 47.n. I.	Quilombo, s.m. No Brasil, he a pousada, ou aposento onde se recolhem em sociedade no mato os pretos fugitivos, a que chamão calhambolas.

Antes de iniciarmos as análises dessas séries, gostaríamos de definir *brasileirismos*. Conforme Nunes (2001, p. 71), *brasileirismos* são “termos” ou “expressões” utilizados unicamente no Brasil, compreendem tanto as diferenças gramaticais quanto as lexicais. Para Ribeiro (apud NUNES, 2001, p. 71), *brasileirismo* é “a expressão que damos a todo gênero de divergências notadas entre a linguagem portuguesa e aquela geralmente falada no Brasil”. Os *brasileirismos* eram “considerados ‘empréstimos’ ou ‘influências’ das línguas com as quais o português teve contato no Brasil, a saber, sobretudo, as línguas indígenas e africanas” (NUNES, 2001, p. 71).

Há uma diferença no modo como o *DLP* define esses *brasileirismos*. Há dois modos de definição: (i) s. t. do Brasil, (ii) é termo usado no Brasil e (usado no Brasil). O *DLP* quando utiliza *s. t. do Brasil* apresenta essas informações no início do verbete. Acreditamos que esse modo de definir mostra os empréstimos da língua brasileira para a língua portuguesa. Moraes, ao definir as palavras por *substantivo termo do Brasil*, apresenta as palavras que teriam sido incorporadas pela Metrópole de sua Colônia. Já ao usar é *termo usado no Brasil e (usado no Brasil)* explicitaria não uma situação de empréstimo linguístico, mas os particularismos da língua portuguesa no Brasil, o uso que a língua teria na Colônia. Já no *DLB*, só aparece a expressão *no Brasil* – cria-se um espaço que valida a definição. Pensamos que o *DLB* mostra os termos com o sentido na língua brasileira. Ao salientar a localidade, a mesma palavra teria outros sentidos a depender do lugar em que é utilizada.

No verbete **calhambola**, podemos notar que o *DLP* traz a origem da palavra (de *Canben-bora*, palavras da Língua geral Brasília, o fujão, ou acostumado a fugir). Em **macuma**, o *DLP* mostra as variantes regionais do termo no Brasil. Dessa maneira, podemos notar que o *DLP* explicita as influências das línguas indígenas ao português e também salienta as diferenças lexicais a depender da região.

Gostaríamos de salientar a definição do verbete **quilombo**. Podemos perceber que no *DLB* é utilizada a palavra *sociedade* para definir o que é quilombo. É importante perceber que a palavra *sociedade* constitui-se por um conjunto de pré-construídos – civilidade, organização, deveres, direitos. Ao se utilizar essa palavra, a posição do sujeito lexicógrafo se inscreve no lugar de

uma civilização, e não de um lugar que pede por essa civilização. É a nação brasileira independente civilizada que não mais obedece aos mandos de Portugal.

É interessante notar as marcas de heterogeneidade linguística: “a que chamão”, “chamam”, no *DLB*. O lexicógrafo ao utilizar a terceira pessoa do plural marca o lugar do outro na enunciação. Esse outro seriam os índios e os negros que usam essas palavras. O lexicógrafo surge como um observador da língua. Vemos nessa enunciação uma separação dos falantes da língua brasileira: brasileiros (nos verbetes esses falantes brasileiros podem ser notados pelo uso do pronome *se*), índios, negros. O lexicógrafo marca, dessa maneira, o de fora brasileiro. Todos os brasileiros fariam “macuma” “quilombo”, mas só os índios e/ou os negros usariam as outras variantes “mucambas” e “calhambolas”, pois é assim que esses sujeitos nomeiam essas palavras.

5. Considerações finais

Ao longo do nosso trabalho, fomos explicitando os sentidos possíveis para o **Dicionário da Língua Brasileira** e para o **Dicionário da Língua Portuguesa**. Na análise dos dicionários, pudemos perceber que o lexicógrafo, no *DLP*, constitui-se em primeira pessoa do singular e salienta seu dever perante a Pátria (conhecer a língua). No *DLB*, além da primeira pessoa do singular, o lexicógrafo formula-se em primeira pessoa do plural (nós), os falantes brasileiros. O “esforço patriótico” no *DLB* é dar visibilidade à língua brasileira. O público leitor, no *DLP*, são os leitores em geral, o grande público, já no *DLB*, são os assinantes do dicionário (sociedade letrada, de intelectuais). Com a publicação do *DLB*, vemos formado um espaço editorial – tipografia. Temos uma relação com o privado. Já na publicação do *DLP*, há a mesa censória – o público – interferindo na publicação do dicionário. No *DLB*, pudemos notar, fortemente, o discurso gramatical – temos no interior do dicionário a constituição da posição de gramático; e no *DLP*, o discurso literário (abonações clássicas). Além disso, ambos os dicionários nomeiam os sujeitos pela cor de sua pele (preta, branca, mulata). No *DLP*, nesses verbetes, a questão da alforria e da liberdade aparece, diferentemente do *DLB*, em que isso não ocorre. Nos *brasileirismos*, mostramos que o *DLB* divide os falantes da língua brasileira: brasileiros, índios, negros. Porém, os índios e os negros representam uma anomalia na língua brasileira. O *DLP* traz as diferenças regionais entre os termos e a origem das palavras.

Vimos, neste trabalho, o **Dicionário da Língua Brasileira** como um acontecimento discursivo. Nesse dicionário, há a instauração de uma discursividade que produz uma distinção entre a Língua Portuguesa de Portugal e a Língua Brasileira.

No **Dicionário da Língua Brasileira**, há a formulação de um discurso da brasilidade, que busca mostrar o Brasil, constituir dizeres sobre esse país independente de Portugal. Esse dicionário funda uma nova discursividade sobre o saber lexicográfico, sobre a língua no Brasil. O lexicógrafo enuncia-se de um lugar de brasileiro independente, diferentemente do **Dicionário da Língua Portuguesa** que se enuncia de um lugar de colonizador em que temos explicitado dizeres dominantes sobre a relação Brasil-Portugal. No **Dicionário da Língua Brasileira**, as relações dão-se no interior do Brasil.

A fundação dessa nova discursividade – falar sobre o Brasil por brasileiros – no **Dicionário da Língua Brasileira** instaura-se por meio (i) da nomeação da língua – brasileira; (ii) do discurso gramatical; (iii) da concisão do enunciado definidor; (iv) da seleção da nomenclatura – redução da hiperlíngua. Porém, ao formular esse novo discurso que se diz sobre o Brasil, sobre o brasileiro e sobre a língua brasileira, o lexicógrafo deixou de lado os exemplos literários – literatura Nacional –, o vocabulário indígena. Evitou, assim, que esses outros sentidos ressoassem no dizer sobre o Brasil.

Referências

- AUROUX S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.
- COLLINOT, A.; MAZIÈRE, F. **Un prêt à parler**: le dictionnaire. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.
- FRIEIRO, E. **Um velho dicionário impresso em Minas Gerais**. Boletim da Biblioteca Pública de Minas Gerais, 1970.
- GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. Formação de um espaço de produção linguística: a gramática no Brasil. In: GUIMARÃES, E. (org.). **História das Idéias Lingüísticas**: construção do saber metalingüístico. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- LIMA, I. S. **Cores, marcas e falas**: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- MAZIÈRE, F. O enunciado definidor: discurso e sintaxe. In: GUIMARÃES, E. (org.). **História e sentido na linguagem**. Campinas, SP: Pontes, 1989.
- MURAKAWA, C. de A. Tradição lexicográfica em Língua Portuguesa: Bluteau, Moraes e Vieira. In: OLIVEIRA, A. M. P. P.; ISQUERDO, A. N. (org.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: Editora da UFMS, 1998.
- NUNES J. H. **Discurso e instrumentos lingüísticos no Brasil**: dos relatos de viajantes aos primeiros dicionários. Campinas, 1996. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- _____. SELIGMAN, K. Discurso lexicográfico: as reedições do Dicionário da Língua Portuguesa de Moraes. **Alfa**, v. 47, p. 37-51, 2003c.
- _____. **Dicionários no Brasil**: análise e história do século XVI ao XIX. Campinas, São Paulo, São José do Rio Preto: Pontes, Fapesp, Faperp, 2006.

- _____. Lexicologia e lexicografia. In: GUMARÃES, E.; ZOPPI-FONTANA, M. (orgs.). **Introdução às Ciências da linguagem**: a palavra e a frase. Campinas, SP: Pontes, 2006.
- ORLANDI, E. P. (org). **Discurso fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas, SP: Pontes, 1993.
- _____. (org.). **História das idéias lingüísticas**: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional. Campinas, SP: Pontes; Cáceres: Unemat, 2001.
- _____. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2002a.
- _____. A Língua Brasileira. **Ciência e Cultura**, v. 57, (n.)02, p. 29-30, abril/jul, 2005a.
- PINTO, L. M. da S. **Diccionario da língua brasileira**. Ouro Preto: Typografia de Silva, 1832.
- SILVA, A. de M. **Diccionario da língua portugueza**. Lisboa: Typografia Lacérdina, 1813.